

101ª SESSÃO ORDINÁRIA 17OUT2012

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): (14h21min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Em discussão o PR nº 021/12. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

Em discussão o PLL nº 137/12. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

Em discussão o PLL nº 200/09. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. Toni Proença está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 200/09.

O SR. TONI PROENÇA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, senhoras e senhores, este Projeto que encaminhamos recebeu, depois de tramitar durante muito tempo na Casa, e por interferência da Procuradoria e de algumas Comissões, um Substitutivo que adequou o Projeto à possibilidade de aprovação. Este Projeto também foi discutido com o Executivo, através da Secretaria de Governança e dos técnicos do DMLU, exaustivamente, o que gerou, então, uma Emenda e um Substitutivo.

Este Projeto prevê, Ver. Pedro Ruas, que foi o Relator na Comissão, normalizar o descarte do lixo eletrônico, que compõe os computadores e toda a sorte de lixo eletrônico na cidade de Porto Alegre, através da regulamentação pelo DMLU, obrigando a quem comercializa, industrializa ou importa esses equipamentos, quando houver a necessidade do descarte pelo consumidor, pelo usuário, que esses empreendedores sejam responsáveis por recebê-los de volta, e construir a logística que possibilite fazer a logística reversa, ou seja, receber de volta os equipamentos e dar a destinação adequada.

Hoje muitos desses equipamentos são descartados no lixo, e eles têm poluentes que ficam por muitos anos contaminando o meio ambiente.

Também hoje o lixo eletrônico é um importante instrumento de capacitação e de geração de renda, através do desmanche e do reaproveitamento desses equipamentos. Temos como exemplo disso, aqui, a Província Marista do Cesmar, no Timbaúva, onde todos os anos, cerca de 20 ou 30 jovens são capacitados para esse mercado de trabalho, a partir do reaproveitamento do lixo eletrônico e, também, onde nós geramos renda e novos equipamentos que são distribuídos a creches, entidades beneficentes e sociais, como o Sase, que faz um trabalho de creche, para associações de moradores, e até para telecentros, em que já foram montados equipamentos oriundos desse acondicionamento dos computadores e dessas máquinas. Portanto é um Projeto que incide no meio ambiente, na geração de renda e na capacitação de jovens. Por isso peço a aprovação dos Vereadores e Vereadoras a este Projeto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador).

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Carlos Todeschini está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 200/09.

O SR. CARLOS TODESCHINI: Ver. Haroldo de Souza, Presidente dos trabalhos; Vereadores e Vereadoras, estamos debatendo, aqui, o Projeto de Lei do Ver. Toni Proença, que certamente será aprovado e virará Lei estabelecendo normas e procedimentos para o gerenciamento, a destinação e reciclagem de lixo eletrônico no Município de Porto Alegre. Esse é um tema da modernidade que cresce em importância pelo volume do material eletrônico produzido pela sociedade, por ser esta sociedade cada vez mais automatizada e dependente da automação, da eletrônica e das ferramentas da informática, das quais somos cada vez mais reféns. E o Projeto estabelece normas para a logística reversa em Porto Alegre. Discutimos largamente esse assunto, hoje, pela manhã, Ver. Beto Moesch, na Câmara, quando a Mesa autorizou sua viagem a Portugal para observar de perto os avanços daquele País e que podem, pela similaridade, servir de referência a práticas governamentais e institucionais aqui no Brasil. Portanto, vem em boa hora o Projeto do Ver. Toni Proença, porque a poluição eletrônica, a poluição pelo descarte de produtos desta natureza é altamente poluente, em especial com metais pesados, impactam muito fortemente as águas, o solo, Ver. Toni Proença, e muito fortemente a natureza, os vegetais, em especial, que forem atingidos pelos materiais poluentes, pois alguns metais pesados são absorvidos pelas plantas. Portanto, na

logística reversa, está reservado aos produtores, às indústrias, aos fornecedores, aos comerciantes o recolhimento, a coleta, o tratamento e a destinação adequada, minimizando os impactos, porque nunca vão ser eliminados na totalidade os impactos da indústria, os impactos da ação antrópica, ou seja, da ação do homem, mas nós devemos ter todos os cuidados e tomar todas as medidas para que, cada vez mais, seja minimizado, seja menor o impacto causado por esses produtos. Portanto, essa é uma questão importante agora, mas que cresce em importância a cada dia que passa em função da natureza dessa indústria, em função do crescente uso desses produtos e em função da gravidade que é a poluição de águas por esse tipo de produto. No Brasil, ainda temos uma situação em que a despoluição das águas basicamente é feita pela retirada dos contaminantes orgânicos, dos resíduos orgânicos das cidades. Não são significativas ainda a poluição industrial e a poluição eletrônica, mas corremos o risco de que passem a ser impactantes pelo volume e pelo significado. Portanto, todo projeto, toda ideia, todo esforço e toda ação institucional e governamental que venham na direção de reduzir os impactos e de reduzir a produção de elementos da indústria eletrônica são bem-vindos, em especial os da reciclagem, conforme foi muito bem apontado aqui pelo Ver. Toni Proença. Por isso deixo a minha posição de louvor e de apoio total ao Projeto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 200/09.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; evidentemente que nós vamos votar favoravelmente ao Projeto do Ver. Toni Proença. Agradeço ao Líder da Bancada do PSD por me permitir que venha aqui falar sobre este Projeto. Todos os Projetos que esta Casa aprecia, votando favoravelmente ou não, são importantes, todos são, não há o que se discutir. Mas alguns Projetos requerem, sim, um debate maior, e é por isso, Ver. Toni Proença, que nós fizemos esta provocação, para que a votação deste Projeto não passasse sem uma discussão maior, ainda que ele tenha, praticamente, três anos de tramitação nesta Casa. Quanto ao recolhimento do lixo, tanto desse lixo qualificado, eletrônico, como estão chamando, quanto do lixo seco, do lixo orgânico, do seletivo, enfim, nós precisamos ter

em mente que a população de um modo geral, não é toda, ainda é carecedora de um preparo maior quanto à sua responsabilidade. Não podemos aguardar e acreditar que, por exemplo, todos os cidadãos desta Cidade se preocupam em separar o lixo, colocando o lixo orgânico num determinado local e o lixo seletivo noutro local, ainda que se espere e se trabalhe nesse sentido. Estamos longe de ver essa separação. Agora, o Poder Público precisa se preocupar e tentar viabilizar, ou dar condições melhores, Ver. João Antonio Dib, para que se possa fazer o recolhimento do lixo de forma mais fácil. Não podemos acreditar, ou tentar nos enganar, achando que só um sistema, um contêiner de lixo orgânico não vá receber lixo seletivo lá no seu local.

O Ver. Toni Proença apresenta um Projeto que traz um regramento, quer queira ou não, estabelecendo condições ou exigências para quem vende um determinado produto, como, por exemplo, uma lâmpada fluorescente, que esse mesmo vendedor fique com uma certa responsabilidade de fazer o recolhimento. Primeiro, quero deixar bem claro aqui os nossos elogios ao Vereador por propor o debate e propor o Projeto. Agora, nós temos que facilitar esse recolhimento. Eu até acho que nós precisamos ter logo, em breve, um contêiner para lixo seco, ou seletivo, como chamam, outro para lixo orgânico, e quem sabe um compartimento para este tipo de lixo, facilitando para as pessoas a colocação desse lixo num compartimento do próprio contêiner que está à disposição para o lixo seletivo. Não vamos acreditar piamente que todos os cidadãos de Porto Alegre, a partir de agora, vão sair de casa com uma lâmpada ou vão ligar para quem lhes vendeu aquela lâmpada para ir lá fazer o recolhimento na sua casa. Nós estamos muito longe disso. Claro que temos que trabalhar para que possamos evoluir, mas o Poder Público tem que estar atento para melhorar as condições, ou melhor, para facilitar esse trabalho dos cidadãos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mauro Zacher assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Queria saudar a presença do Ver. Cláudio Janta, recentemente eleito, seja muito bem-vindo a esta Casa. Da mesma forma, quero saudar a presença do Vereador eleito, Delegado Cleiton, que também está presente, nos prestigiando na tarde de hoje. Sejam muito bem-vindos a esta Casa!

O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 200/09.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; Vereador-autor Toni Proença, acho que o Projeto é revestido de méritos. Não há dúvidas, e todos nós sabemos que esses componentes dos equipamentos eletrônicos, muitas vezes, têm um altíssimo grau ou risco de poluição. Eles têm componentes metálicos pesados, e normalmente isso vai parar – infelizmente, na nossa cultura brasileira – nos mananciais hídricos, nos nossos rios, nos nossos arroios, contaminando a fauna que ali está, o que acaba chegando nas pessoas, em última análise. Então, me parece que é um tema, inclusive, superado, Ver. Tarciso. No contexto mundial, há um consenso criado de que, de fato, nós precisamos ter cuidado com relação a isso. Mais: nós precisamos avançar, Ver. Toni Proença, na política de atração para Porto Alegre de empresas que trabalhem com essa logística reversa. Existem hoje, no mundo, empresas que são especializadas em fazer desmanche de computadores, por exemplo, de CPUs. Dali elas retiram os metais, às vezes, em pequenas quantidades, mas vão se somando... porque, hoje em dia, um computador... a cada seis meses, nós temos um salto tecnológico na indústria eletrônica. Quer dizer, quem tem um computador em casa há dois, três anos, esse computador já está ocioso. Fazemos um *upgrade*, dois *upgrades*, mas depois não dá mais.

Existem empresas no mundo... e nós temos que trazer essas empresas para Porto Alegre, a Prefeitura tem que ter política para isso, nós temos que trazer empresas para cá que se encarreguem disso, assim como já temos empresas, por exemplo, que trabalham com óleo usado de cozinha, com a reciclagem desse óleo. Nós temos uma empresa lá na Restinga que compra óleo usado de cozinha e faz aditivo para a indústria de fertilizantes. Na verdade, ela elabora um produto que faz o encapsulamento do fertilizante, porque ele é guardado, muitas vezes, em depósitos e tem que ter uma proteção com relação à umidade e tudo mais. Ou seja, já temos indústria nesse sentido; precisamos trazer a eletrônica.

O que me preocupa, Ver. Toni Proença, é jogarmos isso no preço final, onerando mais ainda... especialmente em equipamentos eletrônicos, que hoje em dia não são mais futilidade, Ver.^a Fernanda. Um jovem que vai para a escola, uma família, muitas vezes, lá da periferia têm uma porta de acesso ao mundo através da Internet. E nós criamos uma

política que cause impacto no preço dos computadores, no mais simples, Ver. Tarciso, é uma preocupação. Então, me parece que devemos ter o cuidado de evitar caminhar nesse sentido.

Mas tem uma alternativa que eu vejo, conversava sobre ela com o Ver. Toni Proença. Eu não iria para o lado de onerar as empresas, nem de jogar isso para o bolso do consumidor, que já não pode mais. No Brasil, para o remédio, paga-se 35% de imposto, ou seja, o cidadão está doente, às vezes com uma doença crônica, um terço daquilo que a família gasta para comprar remédio está dando para o Governo como imposto. Então, não há mais espaço para a carga tributária, para colocar mais nada – o cidadão não consegue mais pagar. Agora, nós estamos, no âmbito da Prefeitura, fazendo a discussão do Mobiliário Urbano, que é uma discussão importante. Entram aí as paradas de ônibus, os toponímicos, as bancas de jornal, as bancas de revista, por que – agradeço a atenção da Ver. Fernanda Melchionna – na discussão do Mobiliário Urbano, nesses equipamentos que nós já temos instalado nos passeios públicos, nas calçadas, nós não temos um *display* específico para que a Prefeitura se encarregue de disponibilizar essa estrutura para que ali seja depositado esse material eletrônico, e o próprio DMLU faça o recolhimento desse material. Então, nessa regulamentação que fica, a partir da lei – que eu já adianto, Ver. Toni Proença, sou favorável, porque acho que há um consenso mundial com relação a isso, pois entra no capítulo, no tema, na agenda do nosso desenvolvimento sustentável -, na minha opinião pessoal, nós temos que trabalhar para este lado: encaixarmos isso nessa reforma do Mobiliário Urbano que está se fazendo, e aí termos os *displays*, Ver. Braz, termos a fórmula, lá no Mobiliário Urbano, de poder depositar esse material deixando esse ônus e esse encargo com aquele ente público que já tem o ônus e a responsabilidade de fazer o recolhimento do lixo da Cidade, que é, exatamente, o nosso Departamento Municipal de Limpeza Urbana. Era essa a contribuição que eu gostaria de trazer ao debate, e agradeço, Sr. Presidente e Srs. Vereadores, a atenção. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Engenheiro Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 200/09, pela oposição.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; colegas Vereadores, Vereadoras, senhoras e senhores, o Projeto apresentado aqui hoje, do Ver. Toni Proença, traz, para o âmbito da cidade de Porto Alegre, a necessidade que o Município precisa dispor sobre as regras de funcionamento e de destino final a um conjunto de equipamentos. E parece que o Projeto, Ver.^a Fernanda, é só na linha dos computadores; mas não, o Projeto amplia, traz que seja considerado lixo eletrônico e outros produtos os equipamentos elétricos, eletrônicos, equipamentos de informática, lâmpadas fluorescentes de mercúrio e de sódio, pilhas e baterias e frascos de aerosol. É um conjunto de produtos da alta tecnologia, para os quais necessitamos que haja a tecnologia reversa. Com isso, eu perguntava ao Ver. Toni Proença, há poucos minutos, quantos computadores são descartados diariamente ou mensalmente em Porto Alegre. Nós não sabemos disso.

Com este Projeto poderá se constituir um sistema para que nós possamos saber qual é a quantidade da renovação desses equipamentos, numa lógica *per capita*, ou mesmo numa cidade como Porto Alegre. É um Projeto louvável que necessita que haja essa reestruturação. Aí, o Ver. Toni Proença apresenta este Projeto, ao qual votaremos favoravelmente. Coincidentemente, Ver. Toni, hoje há uma manchete nos jornais sobre uma notícia informando que o Ministério Público pede que a licitação do lixo de Porto Alegre seja suspensa, para ser feito o desdobramento dela em diversas etapas ou categorias. E o seu Projeto trata da reciclagem.

Então, este Projeto é muito interessante e importante, principalmente quando queremos construir uma Cidade sustentável. Hoje, grande parte desse lixo vai para os aterros sanitários, assim como materiais que possuem produtos químicos ou metais pesados, como as lâmpadas fluorescentes – que são de mercúrio ou de sódio -, como as pilhas e baterias, como frascos de aerossol e outros, acabam sendo descarregados em qualquer parte da Cidade. E hoje nós encontramos, Ver. Tessaro, nos arroios da Cidade, computadores, eletrodomésticos, equipamentos de informática, impressoras e outros equipamentos simplesmente jogados no meio ambiente, o que gera uma poluição que não temos controle. E sobre a radioatividade das pilhas, que é outro problema muito sério, já existe uma arrecadação das pilhas usadas, mas é a política reversa.

Esta Casa conquistou a Feira Mundial da Tecnologia da Informação e da Comunicação, com o Executivo e com os setores industriais. Eu quero sugerir ao Ver. Toni que, para o próximo maio de 2013, quando acontecerá, na FIERGS, a 3ª grande feira da BITS – Feira

Internacional da Tecnologia da Informação e Comunicação, nós possamos atrair para essa Feira também a política reversa da desconstituição desses equipamentos eletrônicos, pois eu acho que é um veio que Porto Alegre ainda precisa atrair e absorver. Então, trago aqui obviamente o voto favorável ao seu Projeto, e quero cumprimentá-lo por essa iniciativa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 200/09.

O SR. PEDRO RUAS: Presidente Mauro Zacher, Vereadoras, Vereadores, meu caro Ver. Toni Proença, eu quero, obviamente, fazer um encaminhamento favorável a este Projeto, em meu nome e em nome da Ver.^a Fernanda Melchionna. Quero traduzir também o respeito que a Bancada do PSOL tem por V. Exa. e por esses quatro anos nos quais convivemos e em que vimos o trabalho propositivo e sério que V. Exa. desenvolveu. Então, neste momento em que a Bancada usa o seu nome para encaminhamento, eu divido, e quero que V. Exa. entenda assim, o apoio ao Projeto em um tempo, e, ao mesmo tempo, a homenagem ao trabalho que V. Exa. desenvolveu nesta Casa. Todos conviveram com o Ver. Toni Proença, conhecem a sua seriedade, a sua amizade e a capacidade de diálogo – diálogo sério, produtivo –, que fez, entre outras coisas, por exemplo, acontecer o acordo de 2009. Eu acho que é uma questão de justiça, em nome do PSOL, fazer este registro, porque não só o Projeto é meritório, mas, mais do que o Projeto, o seu autor granjeou simpatia, admiração e respeito. Ele deixou, nesses quatro anos, que, certamente, se repetiram em algum momento, uma imagem extremamente positiva do conciliador que não bajula e daquele que luta, realmente, pelos interesses da Casa e que queria o melhor, como quer até agora, para os seus colegas, para as Bancadas e para uma forma democrática de fazer política. Acho que V. Exa. deixa um grande exemplo, aqui, tenho certeza que voltará a esta Casa. Este Projeto é objetivo, mesmo ele tendo o mérito suficiente para o encaminhamento, mas também é a forma, o meio que nós usamos, eu e a Ver.^a Fernanda Melchionna, para traduzirmos o nosso respeito e agradecimento à trajetória de V. Exa. na Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Em votação a Emenda nº 01 ao Substitutivo nº 01 ao PLL nº 200/09. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação o Substitutivo nº 01 ao PLL nº 200/09. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**

(14h54min) Encerrada a Ordem do Dia.

Apregoo o Licenciamento do Ver. João Bosco Vaz (Lê.): “O Vereador que subscreve comunica, nos termos do art. 218, inc. VIII, do Regimento, o seu licenciamento do mandato que detém perante este Legislativo, a partir do dia 18.10.2012, para desempenhar o cargo titular da Secretaria Extraordinária da Copa 2014 – SECOPA. Porto Alegre, 16 de outubro de 2012”. Muito sucesso nesse retorno à SECOPA, Ver. João Bosco Vaz.

O Ver. Valter Nagelstein solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 31 de outubro de 2012 a 13 de novembro de 2012. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o Pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA

Não há quem queira discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MAURO PINHEIRO: Sr. Presidente, demais Vereadores, Vereadoras, público que nos assiste no Canal 16 e nas galerias, quero aproveitar também para cumprimentar o Janta, Vereador eleito pelo PDT; seja bem-vindo a esta Casa; em breve estaremos trabalhando juntos pela Porto Alegre Melhor. Também quero aproveitar, nesta primeira vez que subo à tribuna após as eleições, para agradecer à cidade de Porto Alegre pelos votos que me concederam e pela honra de poder representar esta Cidade novamente por mais uma legislatura.

Quero aproveitar este período de Liderança do Partido dos Trabalhadores para falar um pouco, Ver. João Antonio Dib, Líder do Governo, a respeito da Procempa, e espero que o

nosso Prefeito, José Fortunati, reeleito com uma boa votação, o qual também cumprimento, tome algumas posições e providências, começando pela Procempa, pois a quantidade de irregularidades que lá aconteceram nessa legislatura é enorme. Acho que o Prefeito tem que ter um olhar muito crítico sobre a Procempa.

Quando se fala em irregularidades na Prefeitura Municipal de Porto Alegre, o primeiro lugar que vem à memória é a Procempa. Poderíamos citar diversas irregularidades, Ver. João Antonio Dib. Quando fizemos a CPI do Instituto Ronaldinho Gaúcho, apareceu a Procempa em diversos momentos. Quando se fala na contratação de empresa de informática pela Secretaria da Fazenda, do SIAT – Sistema Integrado de Administração Tributária –, está por trás a Procempa. Quando se fala em quantidade de CCs contratados, Procempa – campeã de CCs; uma quantidade enorme de CCs. Quando se fala em apadrinhamento, em pessoas ligadas a quem está no Governo, lembra-se da Procempa. Poderíamos falar vários nomes de pessoas que estão lotadas na Procempa, Ver. Adeli Sell, mas que não estão trabalhando lá, estão em outros locais. Quando se fala em suspeitas de crime eleitoral, lá está a Procempa. Então, acreditamos que está na hora de tomar uma atitude, de começarmos a pensar. Ou o Prefeito toma uma atitude rápida a respeito da Procempa, ou esta Casa vai ter que tomar uma atitude, porque a quantidade de irregularidades na Procempa é muito grande. Não é por acaso que a Procempa aumentou o seu número de CCs em mais de 600%. Quando se falou, lá no bairro Rubem Berta, de um candidato a Vereador que fazia trocas, que comprava votos com asfalto, quem estava lá era uma pessoa que se dizia da SMOV mas, na verdade, está na Procempa, e com um salário maior do que o do Prefeito, Ver. Idenir Cecchim! Portanto, acho que está na hora de o Prefeito José Fortunati tomar uma atitude. Torcemos para que tenha um bom Governo e faça um bom trabalho; e deve começar fazendo uma boa faxina na Procempa, ou esta Casa vai ter que tomar uma atitude e, quem sabe, através de uma CPI, estudar melhor a Procempa, porque não dá mais. Muito obrigado. Saúde e paz, Ver. João Antonio Dib!

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Carlos Todeschini assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ALCEU BRASINHA: Sr. Presidente, Ver. Carlos Todeschini; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; em primeiro lugar, quero dar meus parabéns pela votação ao meu amigo Cláudio Janta, aqui presente, com sua gravata cor de laranja. Grande parceiro! Meus amigos, venho a esta tribuna para voltar a falar sobre o meu Projeto sobre o limite de velocidade, que vou pedir que seja desarquivado. É um Projeto que vai melhorar bastante o trânsito. Eu tenho andado por outras cidades, e aconteceu. Muita gente diz que o meu Projeto é inconstitucional. Mas por que mudou em Florianópolis? Por que será que, na avenida mais famosa do Brasil, a Av. Atlântica, no Rio de Janeiro, o limite de velocidade é de 70 quilômetros por hora? E lá não há nenhuma elevada! Tenho todo respeito pela EPTC, pelo bom trabalho que faz o Secretário Cappellari, que acho um dos Secretários que mais trabalha, sempre atento às questões, mas quero discordar dele. Eu só quero legalizar o que já existe.

Outro dia, eu vinha pela Av. Diário de Notícias a 60 quilômetros por hora, e todos passavam por mim xingando e buzinando porque eu estava “atrapalhando o trânsito”. Ver. Dib, o senhor já foi Prefeito desta Cidade, sabe que é verdade, ninguém anda a 60 quilômetros por hora. Só andam onde tem “pardal”, e aí dá problema, porque não andam a 60, andam a 40. Aí dá engarrafamento. Existem avenidas que comportam a velocidade de 70 quilômetros por hora. Duvido que tenha alguém que não levou multa a 67, 68 quilômetros por hora. Duvido! Um detalhe: só sabem quando dói no bolso. Aí o cidadão com 60, 70 anos tem que voltar a fazer cursinho porque teve pontos na carteira, mas quem sabe nunca sofreu um acidente, nunca teve uma multa! Vejo que alguns locais, algumas avenidas comportam 70 quilômetros por hora. Por exemplo, Ver. Dib, no final da Av. Bento Gonçalves. Se o senhor for a Viamão, passam todos os carros; eles só passam a 60 quilômetros por hora em frente ao pardal! Só em frente ao pardal, Ver. Dib! Na Av. Ipiranga, também é assim! No final da Av. Assis Brasil, também é assim! As pessoas falam que eu quero colocar mais velocidade, mas isso é hipocrisia. Eu já presenciei amigos meus, colegas meus, passando por mim a mais de 80 onde é para andar a 40. Um colega passou por mim, Ver. Adeli, a mais de 80! Isso que lá, na Rua Voluntários da Pátria, lá perto da Arena do Grêmio, é permitido somente 40 quilômetros por hora. Então, eu acho que está na hora de as pessoas pensarem. Não se faz educação do trânsito com multa, mas com campanha publicitária, com campanha educativa. É assim que se faz. Eu vou pedir que o meu Projeto volte a ser apreciado neste Plenário, porque eu tenho

certeza absoluta que os colegas Vereadores vão refletir e vão votar. Ver. Dib, o senhor vai me ajudar a aprovar esse Projeto. Ver. João Bosco Vaz, esse meu Projeto quer aumentar a velocidade em algumas avenidas; vias de 60 passariam para 70. Dizem que ele é inconstitucional, mas ele não é. No Rio de Janeiro, mudaram; em Florianópolis mudaram. Em Florianópolis, retiraram todos os pardais. Lá, na Av. Atlântica, é 80 a velocidade. Então, meu amigo, eu acho que este Projeto tem que voltar, porque o debate é bom. Eu não tenho nada contra as pessoas que pensam que o Projeto não deve passar, mas eu tenho certeza absoluta que muita gente está comigo, que muitos motoristas estão comigo. (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu estava escutando atentamente o Ver. Mauro Pinheiro falar sobre o salário dos cedidos. Acho que tem muitos que prestam um bom serviço aqui, e o Ver. Mauro Pinheiro entende muito bem como é o salário da Procempa – é uma assessoria direta lá da Procempa. Então, ele conhece bem, tem autoridade para falar sobre o salário da Procempa.

Agora, eu quero dizer o seguinte: se todos os Vereadores falassem da cedência de um ou de outro, mas abrissem mão das cedências, seria o ideal, não haveria problema nenhum. Eu também quero agradecer, Ver. João Antonio Dib, ao Secretário Záchia, do Meio Ambiente, que teve a fineza de me responder através do jornal, através da assessoria de imprensa, a um questionamento que eu fiz aqui da tribuna. O Secretário, colega de Partido, teve a fineza de responder pelo jornal, e, pelo jornal, nós ficamos sabendo quanto custa dizer que algo não polui. A empresa que explora os espaços do Município, que explora todas as bancas de revistas, teoricamente pela Lei – o espírito da lei é das bancas –, para que as pessoas sobrevivam vendendo aquilo, vendendo os produtos dentro da banca – na realidade, hoje as bancas são *outdoors* dentro da Cidade -, essa mesma empresa comprou por quinze mil e uma mixaria um espaço nobre na Praça Frederico Arnaldo Ballvé. Então, o Secretário que me responda pelo jornal também – já que ele não usa mais telefone para falar comigo – quanto custa para a SMAM dizer que não polui um anúnciozinho de dois metros quadrados na fachada de uma loja, porque vai lá um fiscal, qualquer fiscal que teoricamente está fazendo um trabalho e diz que aquilo

está poluindo e tem que tirar. Então, que se estabeleça o que é poluição visual nesta Cidade! Ou pagando não polui mais? Se paga não polui mais? Polui, sim, senhor! Não há preço! Ou polui; ou não polui! Ainda mais se tratando de praça pública, como é a Praça Frederico Arnaldo Ballvé.

Cuidar do barulho, que a SMAM deveria cuidar de madrugada, ela não cuida; podar as árvores, às vezes; cuidar da poluição, do que a Cidade está lotada, não cuida; só age se o Ministério Público cobra. Aí, sim, se apressam em fazer um decreto, ficam apressados em fazer um decreto em cima da perna para atender ao Ministério Público, e não lembram que existe Projeto andando aqui na Câmara de Vereadores também. Então, pelo jornal se trata, eu vou tratar pelo jornal também, seja com quem for. O Secretário que não tiver o respeito de responder a uma pergunta de um Vereador e responder para o jornal, eu vou fazer perguntas pelo jornal também.

(Aparte antirregimental do Ver. Adeli Sell.)

O SR. IDENIR CECCHIM: Nobre Ver. Adeli Sell, eu agradeço; no momento, eu estou muito bem aqui na Câmara, eu não tenho essa competência para ser Secretário, substituindo alguém que é competente. Quero dizer que estou Vereador para cobrar aquilo que a população cobra.

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

O SR. IDENIR CECCHIM: Que tomava decisões. Podia contrariar alguém, mas tomava decisões, tinha coragem.

Então, Ver. Beto Moesch, quero dizer que quem não respeitar – não a mim, ao Idenir Cecchim – o Vereador da Cidade, quem não tiver respeito – e eu já havia perguntado, já havia feito a pergunta por telefone –, não vai ter o meu desrespeito, mas vai continuar tendo uma cobrança muito forte, muito dura! Eu quero saber por que se faz assim: de repente, uma concessão e dá-se um preço para uma empresa fazer propaganda dentro de uma praça pública. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PEDRO RUAS: Ver. Carlos Todeschini, que preside a Sessão; Vereadoras, Vereadores; no dia de hoje, eu e a Ver.^a Fernanda Melchionna recebemos trabalhadores dos Correios e Telégrafos e há uma denúncia extremamente séria, grave, preocupante. Alguns dias atrás, uma trabalhadora dos Correios e Telégrafos, a Jaqueline, que está aqui no plenário, no dia de hoje, nas suas tarefas habituais, dirige-se ao vestiário feminino, e é surpreendida, quando já estava despida, pela presença de um homem no vestiário. É também um funcionário dos Correios e Telégrafos, há registros de que já fez isso outras vezes com outras trabalhadoras. Pois, Ver. Toni Proença, a trabalhadora procura seus colegas de Sindicato, companheiros da mesma categoria e pede à Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos providências com relação ao fato. A Diretoria Regional não só não toma nenhuma providência, como passa a desenvolver, Ver.^a Fernanda Melchionna, em relação à própria Jaqueline, uma série de perseguições traduzidas em advertências e avaliações de estágio probatório. Não é coincidência que a Jaqueline, junto com outros companheiros e companheiras de categoria profissional, era uma grevista. Não é por outro motivo, Ver. Toni Proença e Ver. João Antonio Dib, que nos preocupa muito o fato de que no Brasil inteiro avança a luta pelos direitos das mulheres, e numa categoria profissional importante, onde elas são minoria, como nos Correios e Telégrafos, Ver.^a Fernanda Melchionna, possa haver um tipo de episódio como esse, aqui em Porto Alegre, na nossa Cidade e na nossa cara!

Já houve o Boletim de Ocorrência, houve o registro e a identificação do funcionário, e eu quero, sob minha responsabilidade, dizer aqui o nome: é o Sr. Pedro Antonio de Souza.

Mas quero cobrar aqui, em nome do PSOL, em nome da Ver.^a Fernanda Melchionna e em meu nome, Presidente Todeschini, providências dessa Diretoria Regional, providências! Porque o que está havendo em relação à Jaqueline, neste momento, é o assédio moral da Diretoria Regional! É o assédio moral da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos, entidade, autarquia federal gigantesca no País! E nós não vamos ficar calados vendo isso acontecer, Jaqueline, nós vamos denunciar nesta tribuna, nós vamos à Comissão de Direitos Humanos, nós vamos a qualquer instância! Porque o compromisso com a luta maior das mulheres, que não é só nosso, é um compromisso da sociedade e dos seus setores, não apenas de vanguarda, mas dos seus setores responsáveis. Nós não vamos

tolerar esse tipo de posição! São duas agressões concomitantes: a primeira é a invasão do vestuário feminino sem ter havido qualquer responsabilização por parte da Diretoria Regional; a segunda é uma perseguição de caráter machista, de caráter classista, mas que ambas representam assédio moral patronal em relação à trabalhadora!

A partir de agora, Jaqueline, pode ter certeza, nós não vamos descansar enquanto não tivermos não só o esclarecimento dos fatos, como também o final imediato do assédio moral que estás sofrendo, com o qual nós somos solidários e lutadores da mesma causa. Esse é um compromisso que assumimos publicamente. Essa é uma luta que só vamos parar quando vencermos. E não é só a Jaqueline, é o Movimento Geral das Mulheres que está em discussão. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. ADELI SELL: Meu caro Presidente, Ver. Todeschini; caro Ver. Pedro Ruas, pessoalmente anotei a sua fala também, e como a direção dos Correios no Rio Grande do Sul é de responsabilidade do meu Partido, o PT, eu me sinto na obrigação de fazer esta cobrança oficialmente, porque sou Presidente Municipal do PT em Porto Alegre. (Palmas.) Eu aqui tenho leis, o Ver. Oliboni tem leis sobre o assédio moral, e nós não aceitamos, não toleramos qualquer comportamento inadequado. E não é pela presença dos senhores e senhoras que estão aqui, mas nós temos sempre tomado essa posição ao longo dos anos, e não seria agora que eu mudaria de posição. A Bancada do PSOL me conhece muito bem.

Meus caros colegas Vereadores e Vereadoras, a Cidade tem alguns problemas que têm que ser enfrentados, Ver. Dib, e, mais uma vez, peço a sua atenção e peço a atenção especial ao meu colega Ver. Sebastião Melo, agora eleito Vice-Prefeito. Nós temos muita morosidade em algumas coisas da Administração pública Municipal. Nós precisamos, mais do que nunca, ter agilidade quando cobramos questões da Administração Municipal, caro Ver. Haroldo de Souza, e não é para nós, que somos Vereadores, nós somos uma representação pública plural de Porto Alegre. Então, quando nos pedem, nos dizem que há uma árvore que vai cair sobre uma casa, não é um problema de a SMAM ir lá e dizer se pode ou não pode cortá-la e dizer para contratar alguém pagando R\$ 8 mil. Gente, aí

eu sou obrigado a dar razão ao Ver. Cecchim, porque a SMAM não está agindo corretamente. Ela deve tratar disso com a Defesa Civil. Eu espero que, agora, o Ver. Melo, que conhece bem essa situação, possa agir, interagir, desde agora, já como vice-Prefeito eleito. Porque quando uma comunidade paupérrima... E nós temos vários casos. Eu levei, Ver. Melo, vários casos, como o da rua Maria Luiza Peres, atrás do Presídio, em que as árvores estão caindo, ou cairão sobre casas. Pessoas vão morrer! As pessoas não têm R\$ 8 mil para pagar o corte de uma ou duas árvores. É a Defesa Civil que tem de resguardar a vida humana! Por que o que é mais importante do que uma vida? Nada, absolutamente nada. Portanto, a SMAM tem de fazer um trabalho de concatenação com a Defesa Civil. Outra questão: neste momento, de início da Primavera, nós temos a formação de enxame de abelhas em Porto Alegre. Esta Casa aprovou duas leis municipais sobre a questão do manejo, cuidado e criação de abelhas. É a SMAM a responsável para, junto com algum outro órgão competente, tirar os enxames de abelhas chamadas exóticas ou africanas, que terão que ser, posteriormente, repassados para fora do perímetro urbano densamente povoado da Cidade. Com relação às pequenas abelhas, aquelas que são conhecidas como sem ferrão, essas podem ficar em qualquer espaço urbano e devem ser tratadas como tal. São coisas simples, porém são coisas que não estão sendo, hoje, devidamente observadas pelo Poder Público Municipal, apesar da legislação municipal em vigor, aprovada por unanimidade desta Casa Legislativa. E eu tenho o orgulho de ser o autor delas.

Finalmente, minhas senhoras e meus senhores, a eleição passou, espero que a brutal grenalização também tenha passado e que a gente possa, com mais calma e tranquilidade, hoje, levantar questões em prol da melhora e da evolução da Cidade. Então, quando eu falo como oposição, não é para colocar uma disputa político-partidária, mas para melhorar a vida das pessoas.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão. Tenham todos uma boa-tarde.

(Encerra-se a Sessão às 15h22min.)